

## **A importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar: Uma leitura das representações dos Agricultores Familiares de Base Ecológica do Município de Cerrito-RS**

**DIAS, Leonardo da Costa<sup>1</sup>; BECKER, Rafael<sup>2</sup>; ALTEMBURG, Shirley Nascimento<sup>3</sup>; CALDAS, Nádia Velleda<sup>4</sup>**

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas / Faculdade de Jornalismo [diasleonardocosta@gmail.com](mailto:diasleonardocosta@gmail.com) ;

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas / Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel

[rafa\\_becker23@hotmail.com](mailto:rafa_becker23@hotmail.com) ; <sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas / PPGSPAF/ NUPEAR [shinascimento@yahoo.com.br](mailto:shinascimento@yahoo.com.br) ; <sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas / Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Departamento de Ciências Sociais Agrárias/NUPEAR. [nvcaldas@ufpel.edu.br](mailto:nvcaldas@ufpel.edu.br).

### **1 INTRODUÇÃO**

Fundamentado na perspectiva de garantir aos escolares uma alimentação escolar adequada aos princípios nutricionais e sociais, o PNAE constitui uma das estratégias da vigente política de segurança alimentar<sup>1</sup> e nutricional do país para combater a fome, a desnutrição e problemas relacionados às mudanças no padrão de consumo alimentar da população nas últimas décadas.

Deste modo, o programa além de proporcionar que a alimentação dos alunos nas escolas aconteça de forma saudável, também garante espaço para comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Constituindo assim, uma ferramenta de auxílio ao desenvolvimento e valorização da mesma.

Este programa regulamentado como política pública, sofreu inúmeras transformações ao longo dos anos. Porém, no ano de 2009, essa política incorporou significativas mudanças que repercutiram no destino da produção agrícola familiar. Interferindo na forma de como deve proceder a alimentação dos estudantes, através da regulamentação da Lei 11.947/2009.

Dentre as mudanças que estão as contidas no Art. 2º, algumas norteiam as diretrizes sobre a alimentação escolar dentre elas:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

No marco desta conquista, o extremo sul gaúcho movimenta-se de forma positiva possuindo fortes laços com a produção agrícola familiar e mais precisamente com a produção de base ecológica<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> De acordo com Hiraí e Sacco dos Anjos (2007, p. 2), em nosso país a Política de Segurança Alimentar adquire maior destaque a partir da década de 90, quando seus objetivos centrais “voltaram-se não apenas à questão do suprimento das necessidades alimentares da população e autossuficiência nacional na produção agroalimentar, mas diante da incorporação de outros aspectos relativos ao acesso aos alimentos, carências nutricionais e qualidade dos alimentos”.

<sup>2</sup> Neste projeto utilizamos o termo “produtos de base ecológica”, por entender que a produção dos mesmos inclui a dimensão ética, política, cultural, social, econômica e ambiental. Assim, abrimos mão dos termos “produção orgânica” ou “alimentos orgânicos” por acreditar que os mesmos possam trazer consigo significados que vão de encontro aos princípios da Agroecologia. Nesta perspectiva valemos do conceito apresentado em Caporal e Costabeber (2004) o qual compreende a Agroecologia

Neste sentido, temos como norte deste trabalho o conceito de agricultura familiar proposto por Wanderley, (2001), em que a mesma considera como agricultores familiares aqueles “em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” e, além disso, utiliza os valores culturais e os saberes locais no desenvolvimento de suas atividades.

O objetivo principal deste trabalho reside na discussão de qual a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar a partir das representações dos agricultores familiares que fornecem alimentos às escolas.

## **2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)**

Este trabalho tem como cenário o município de Cerrito, inserido na região Sul do Rio Grande do Sul. O mesmo tem adquirido em média 93% dos alimentos destinados a merenda escolar da agricultura familiar. Porém, não tem como prioridade que seja da agricultura familiar de base ecológica, embora exista uma movimentação por parte dos gestores municipais para que isto aconteça.

Outro ponto interessante neste município é que o mesmo iniciou a compra de alimentos da agricultura familiar antes mesmo da obrigatoriedade imposta pela legislação e este feito se deu através de iniciativas do órgão público municipal em conjunto com EMATER-RS e os agricultores.

A pesquisa ancora-se em metodologia qualitativa, por considerar o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1995).

Para dar cabo do objetivo proposto, valemo-nos de dados oriundos de pesquisa exploratória (bibliográfica e documental), observações realizadas a campo e coleta de dados com roteiro de entrevistas (questões abertas). As entrevistas foram realizadas com os agricultores familiares que estavam atuantes na entrega de alimentos para alimentação escolar, no período de março a maio de 2012.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O sucesso de toda e qualquer política pública é tarefa difícil de promover, isto porque ele depende do ajuste de vários fatores. No caso da política em estudo, um afinamento entre o que pensam os diversos atores intervenientes desta cadeia é uma premissa básica para empreender tal sucesso.

De todo modo, saber o que pensam os agricultores sobre o consumo de seus produtos na escola é uma possibilidade de perceber o que de fato eles pensam sobre seus produtos. Para tal compreensão valemo-nos da teoria das representações sociais, pois como evidencia Moscovici (1979), a característica específica das representações é precisamente a de que elas “corporificam idéias” em experiências coletivas e interações em comportamento.

---

como uma nova ciência que transpõe as correntes teóricas convencionais, sendo construída a partir do pensamento social alternativo e em elementos absorvidos de diferentes ciências, formando um conjunto de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, respaldando as iniciativas à transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e da agricultura convencional para modos de desenvolvimento rural e práticas de agriculturas sustentáveis.

A partir das informações obtidas nas entrevistas e observações realizadas a campo, é possível perceber que para os agricultores familiares entrevistados muito mais do que uma garantia de acesso ao mercado, à venda de alimentos direto as escolas garante a segurança alimentar das crianças no período em que estão na escola.

Os discursos que seguem, foram obtidos a partir da pergunta: Na sua opinião é importante as crianças receberem alimentos produzidos pela agricultura familiar na escola? Os trechos abaixo demonstram a preocupação supracitada:

“Eu acho muito mais saudável que ver as crianças, que eu vejo nesses armazéns pequenos aí na hora do recreio, vão com 5 pila lá vem trazendo coisa, hoje em dia a maioria dos produtos que eles estão comprando é salgadinho e coisas que tem supérfluo, coisas que tem no meio é.. corante, e essas coisas que não é saudável, artificial. Isso aí é um baita erro, eu quero vê daí a trinta, quarenta anos não têm perigo de estar vivo”. (Agricultor A, março de 2012).

“E a criança que comer já tá sabe que é alimento colhido daqui”. “Ah de onde é que vocês estão comendo isso aqui”? Ah não sei de onde vem desses mercados. “Agora não, agora tá sendo daqui”. (Agricultor B, maio de 2012).

A preocupação dos agricultores é justamente um dos elementos fundamentais do PNAE, pois o como pode ser vislumbrado no Art. 2º da Lei 11.947, inciso VI preconiza:

o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Pensando sob este prisma, Maluf escreveu que:

“O acesso a alimentos engloba não apenas comer regularmente, mas também comer bem, com alimentos de qualidade e adequados aos hábitos culturais, com base em práticas saudáveis e que preservem o prazer associado à alimentação. Essa perspectiva aplica-se também para os indivíduos ou grupos com maior vulnerabilidade à fome, pois não se trata de assegurar-lhes qualquer alimento”. (MALUF, 2007, p. 25)

Pode-se ainda extrair dos discursos dos agricultores a satisfação de possuir um acesso seguro aos mercados. Uma vez que para esta categoria social, garantir a venda e valorização de seus produtos é assegurar a sua própria valorização.

Como alude Belik (2010), o PNAE sobre tudo é uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento e valorização da agricultura familiar. Entretanto, para que funcione é necessário que exista um entendimento da administração local sobre a importância de lançar mão de mecanismos que impulsionem o acesso desta categoria aos mercados locais.

Os trechos que seguem reiteram esta questão, demonstrando como de fato para os agricultores o PNAE é uma garantia de acesso aos mercados:

“Porque as vezes o pessoal reclamava que não adianta agente planta se não tem pra quem vender, e tendo o negócio da merenda escolar, agente planta sabendo que tem aonde colocar aquele produto”. (Agricultora C, abril, 2012).

[...]é agente vê com outros olhos, olhos de agente ganhar uns trocos pra gente sobreviver. e que tá fazendo o bem pros alunos nas escolas[...] (Agricultor D, junho de 2012).

#### 4 CONCLUSÃO

Enfim, pode-se inferir com este trabalho que na perspectiva dos agricultores familiares o PNAE se materializa como uma ferramenta indispensável à manutenção de sua categoria e valorização de seus produtos.

Ainda assim, grandes questões permanecem em aberto na efetivação deste programa, como as dificuldades de acesso e reeducação alimentar nas escolas.

#### 5 REFERÊNCIAS

- BRASIL, Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm)>. Acesso em Junho 2011.
- BRASIL, Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de julho de 2009, Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em: <[http://www.mp.rs.gov.br/areas/gapp/arquivos/res\\_alimentacao\\_escolar.pdf](http://www.mp.rs.gov.br/areas/gapp/arquivos/res_alimentacao_escolar.pdf)>. Acesso em Junho 2011.
- BELIK, Walter ; [CHAIM, Núria Abrahão](#) . **A gestão do programa nacional de alimentação escolar e o desenvolvimento local**. - 23 a 27/07/2006. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006, Fortaleza. Anais do XLIV Congresso da Sober, 2006.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER. J. A. *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004. 166 p.
- HIRAI, W. G., SACCO DOS ANJOS, F. **Estado e segurança alimentar: alcances e limitações de políticas públicas no Brasil**. Revista Virtual Textos & Contextos Nº 8, ano VI, dez. 2007.
- MALUF, R. S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional: Conceitos fundamentais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007. 174 p.
- MOSCOVICI, Serge. (1979). **El psicoanálisis, su imagen y su público**. Buenos Aires: Editorial Huemul.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 4 ed. Petrópolis: Vozes, p. 7-29. (Coleção Temas Sociais). 1995
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 21-55.